

Sarah Azambuja Rolla

Entrevistada por Sérgio W. Tocchetto

A reforma do ensino primário é um dos assuntos que mais tem preocupado o magistério em geral, em vista das modificações que estão sendo efetuadas e que visam dar novos rumos à educação elementar em todo o Rio Grande do Sul. Com o objetivo de oferecer a seus leitores uma visão do que está sendo feito neste setor, REVISTA DO ENSINO procurou a professora Sarah Azambuja Rolla, Diretora do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, órgão técnico da Secretaria de Educação e Cultura.

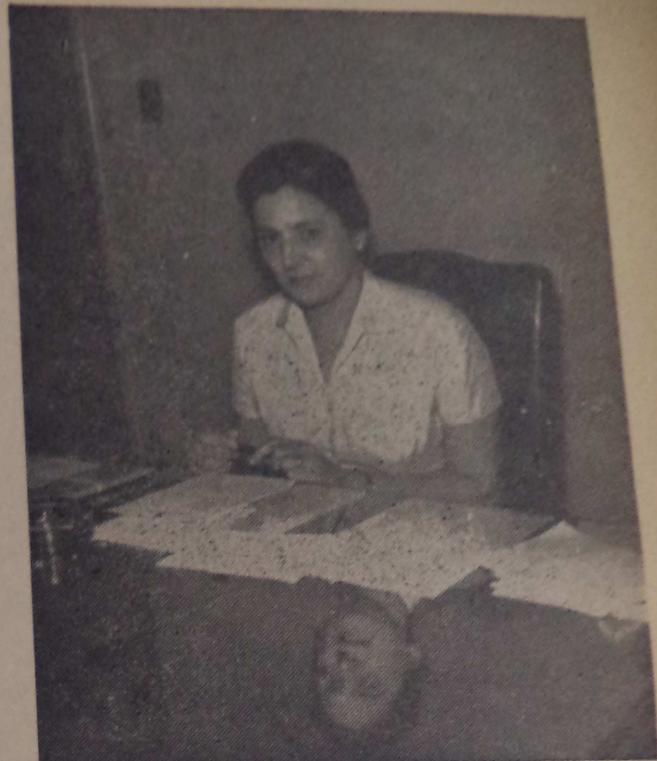
O PORQUÉ DA REFORMA

Iniciando a entrevista, o repórter perguntou à Prof.^a Sarah o porquê desta reforma do ensino e desde quando estava sendo cogitada.

— Há vários anos — disse a Diretora do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais — víhamos observando um fato que é comum em todo o Brasil: deficiência da rede escolar, falta de cumprimento de certas determinações legais, inclusive a de serem oferecidas oportunidades de ingresso à escola, aos alunos de 7 anos de idade, assim, como seu afastamento aos 14 mais ou menos. Foram tomadas, para remediar tal fato, várias medidas, inclusive a de construção de novas escolas que possibilitassem o aumento das matrículas.

Havia, entretanto, e ainda há necessidade de melhor distribuição das crianças pelas diversas classes dos estabelecimentos de ensino. Há ainda grande irregularidade nas matrículas, no que respeita à idade dos alunos, pois temos ainda, na Escola Primária adolescentes, quando deveriam ter sido desligados aos 14 anos.

Desde 1956, a então Diretora do CPOE, Prof.^a Alida Cardoso Kraemer, tendo ordenado a realização de pesquisas, constatou a existência destes adolescentes no curso primário. Foi decidido, na ocasião, procurar-se solução para o problema.



CLASSES "REGULARES" E DE "RECUPERAÇÃO"

— Qual foi a primeira medida tomada pelo CPOE?

— Como primeiro passo a ser dado — respondeu a nossa entrevistada — era necessário regularizar a faixa de idade nas matrículas. Decidiu-se a criação de classes "regulares" e de "recuperação", na mesma unidade escolar. Para tanto foi considerada não só a idade dos alunos como também a maturidade e o rendimento.

APLICAÇÃO DA REFORMA

— Já está sendo aplicada a reforma?

— Já — declarou a Diretora do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais — tanto no que diz respeito à criação de novas classes como quanto à aplicação de novos programas de ensino e de novas formas de verificação da aprendizagem. No ano passado, 157 escolas em Porto Alegre e, no interior do Estado, nas cidades — sedes de Delegacias Regionais e anexos de Escolas Normais, funcionaram segundo a reforma do ensino. Em 1958, apenas 33 escolas, só na capital, foram escolhidas para a experiência com a reforma. Nas 157 escolas, que em 1959 funcionaram pela reforma, houve, aproximadamente, 998 classes regulares e 1.260 de recuperação. Pode-se ver, pois, como é grande a irregularidade no que respeita às idades por classe, para estarem tantas classes em recuperação.

— Professora Sarah, quais foram os resultados obtidos até agora?

— Os resultados foram muito bons a reforma é um verdadeiro sucesso. A recuperação dos alunos

que, anteriormente, era feita apenas por iniciativa dos professores, agora é objetivo visado, no ensino primário.

Nas classes que fizeram recuperação em 1958, num total de 2.048 alunos, o rendimento foi de 10% a mais do que no ano anterior. Os resultados de 1959 ainda não são totalmente conhecidos, mas o aumento deve ser substancial.

— Quais são as reações dos professores?

— Segundo os animadores depoimentos que o CPOE tem recebido — respondeu a entrevistada — os professores do curso primário estão muito satisfeitos com a reforma, pois a mesma foi ao encontro de uma necessidade que já há muito era sentida.

— Que tem feito o CPOE para divulgar a reforma?

— Para integração do magistério no espírito da reforma, o Centro realizou, em 1958, cerca de 60 reuniões com a presença de professores, orientadores e diretores de escolas, etc. No ano passado, em Pôrto Alegre, além da assistência normal, funcionaram cinco postos permanentes de orientação onde os professores tiveram assistência direta que muito os auxiliou em sua função.

Realizaram-se, também, cursos para professores de classes de recuperação.

Visando assistir aos professores do interior, efetuaram-se, além das missões pedagógicas, estágios no CPOE, estes em número de 12, com a presença de mais ou menos 20 professores de cada vez.

CLASSIFICAÇÃO E NÃO REPROVAÇÃO

Prosseguiu a Prof.ª Sarah:

— O objetivo principal da reforma do ensino do curso primário é o atendimento mais adequado do aluno, tanto do ponto de vista psicológico como pedagógico. A recuperação é o ponto mais visado. Estamos substituindo o sistema de promoção (aprovação e reprovação) pelo de classificação, que não implica, como pode parecer à primeira vista, em aprovação automática, mas é uma forma mais flexível e adequada de conhecer o rendimento do aluno. No fim de cada ano, o escolar é submetido a uma prova que o colocará em classe "regular" ou de "recuperação", no ano seguinte.

— A recuperação não requer mais trabalho para o professor?

— De fato dá mais trabalho, mas é feita sempre com classes menores, no máximo com 25 alunos. O professor se obriga a empregar mais o ensino individual.

Por enquanto não contamos ainda com professores especializados para o tratamento destas classes, porém os cursos, os estágios e as missões realizados estão pondo o magistério em condições de bem seguir a reforma do ensino primário.

INTEGRAÇÃO DO ESCOLAR

Continua a entrevistada:

— Com a recuperação dos alunos mais atrasados, em pouco tempo, estarão sanadas as irregularidades no que diz respeito à faixa de idade nos matrículas. Ao fim dos cinco anos de escolaridade, o aluno deverá ter concluído o curso primário. Estamos

também cogitando estabelecer mais um ano de escolaridade para alunos mais lentos e aqueles que, por um motivo ou outro, não puderem continuar os estudos nos ginásios ou escolas técnicas.

MOVIMENTOS DA REFORMA

— Professora Sarah, quais são, para resumir, os principais movimentos da recente reforma do ensino primário?

— Costumamos resumir os itens seguintes — respondeu a Diretora do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais:

1.º — Organização das classes considerando a idade, maturidade ou o rendimento, dividindo-as, em uma mesma escola, em "regulares" ou de "recuperação";

2.º — aplicação de novos programas e processos de ensino mais adequados;

3.º — aplicação de novas formas de verificação do aproveitamento dos alunos, substituindo o sistema de promoção (aprovação e reprovação), pelo de classificação;

4.º — extensão da escolaridade para 6 anos.

ESCOLA NORMAL EXPERIMENTAL

A partir deste ano, funcionará no bairro Cristo Redentor, desta capital, uma Escola Normal Experimental, do Estado e sob a orientação do C.P.O.E. A reportagem inquiriu a Diretora do Centro sobre quais as relações do C.P.O.E. com a escola.

— Era projeto da Sub-Secretaria do Ensino Médio, através da Superintendência do Ensino Normal, criar nova escola para a formação de professores primários em Pôrto Alegre. O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais solicitou que a Escola fosse considerada experimental e ficasse sob sua orientação direta.

Aceito o pedido, o C.P.O.E. iniciou a realização de pesquisas para levantamento da comunidade (bairro Cristo Redentor), nos setores econômico, social, e outros, para fundamentação do programa a ser seguido pela nova Escola Normal, que terá, provavelmente, os dois ciclos, 1.º e 2.º, formando professores primários e regentes do ensino primário.

— E qual é o objetivo da Escola?

— Será permitir ao CPOE observar a reforma do ensino normal e assistir diretamente à Escola, realizando reuniões, quer com professores, quer com orientadores, auxiliando enfim a resolver todos os problemas de ordem técnico-pedagógicos. Se possível, a Escola atenderá a criança desde a creche.

OUTRAS ATIVIDADES DO CPOE

Encerrando a rápida entrevista, a professora Sarah falou ao repórter das outras atividades do Centro (seminários, cursos, estágios, missões pedagógicas, etc). A falta de espaço, entretanto, nos impede de detalhar tudo o que o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura Grande do Sul, vêm fazendo pelo aprimoramento do ensino no Rio

